

**CONTRATO DE LOCAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA
APAGADA QUE ENTRE SI CELEBRAM A REDE
NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA – RNP E
A XXXXX**

Pelo presente Instrumento particular e na melhor forma de direito, as Partes abaixo qualificadas resolvem celebrar o Contrato de Locação de Fibra Óptica Apagada, que entre si fazem mediante as cláusulas e condições que se outorgam e aceitam mutuamente, como adiante se segue.

LOCADOR: [Nome ou razão social], pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº [●], com sede à [endereço completo], neste ato representada por seu [cargo], Sr(a). [nome], brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº [●] e CPF nº [●], doravante denominado simplesmente “XXXX” ou “**LOCADOR**”;

REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA – RNP, associação civil qualificada como Organização Social pelo Decreto nº 4.077 de 09 de janeiro de 2002, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.508.097/0001-36, Inscrição Municipal nº 02.838.109, com sede na Rua Lauro Müller, nº 116, 11º andar, salas 1101 a 1104, Botafogo, Rio de Janeiro/RJ – CEP 22290-906, neste ato representada por seu [cargo], Sr(a). [nome], brasileiro(a), portador(a) da cédula de identidade RG nº [●] e CPF nº [●], doravante denominada simplesmente “**RNP**” ou “**LOCATÁRIA**”;

Podendo também, tanto a **LOCADORA** quanto a **LOCATÁRIA**, quando referidas isoladamente, serem denominadas “Parte” e, quando referidas em conjunto, denominadas “Partes”.

CONSIDERANDO que a **LOCADORA** fornece Locação de Fibra Óptica Apagada;

CONSIDERANDO que a **LOCATÁRIA** deseja contratar referido(s) produto(s); e

CONSIDERANDO que a **LOCATÁRIA**, por meio de representantes devidamente qualificados, tomou plena ciência e manifestou expressa concordância com o

TERMO DE REFERÊNCIA, o qual passa a integrar este contrato em todos os seus termos e condições, vinculando-se integralmente a ele, sem ressalvas.

Resolvem as Partes celebrar o presente **CONTRATO DE LOCAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA APAGADA**, doravante denominado "CONTRATO" ou "INSTRUMENTO" que será regido de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente Contrato tem por objeto a **LOCAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA APAGADA** ("Produto") pela **LOCADORA** à **LOCATÁRIA**, observando as especificações técnicas e condições comerciais previamente estabelecidas em comum acordo no **Termo de Referência**. Este Termo, validamente ratificado por representantes de ambas as partes, integra o presente instrumento e vincula-se à **LOCATÁRIA** em todos os seus termos.

1.2 O Produto ora contratado compreende **implantação** de uma **Rede Dedicada de Fibra Óptica**, mediante aluguel de infraestrutura óptica, para disponibilização de 02 (duas) fibras ópticas apagadas que proverão conectividade ao Centro de Lançamento de Alcântara, localizado no município de Alcântara (MA), à rede metropolitana na cidade de São Luís (MA). O fornecimento será executado em lote único, contemplando ambos os municípios, e deverá integralmente às exigências do projeto. Os sites e instituições a serem conectados, bem como as topologias sugeridas, encontram-se descritos no Anexo I, que faz parte integrante deste Contrato.

1.3 Fica expressamente pactuado que o Produto contratado não abrange, a locação ou aquisição de quaisquer equipamentos adicionais ou complementares ou a instalação, ativação ou iluminação da fibra óptica ora locada. Dessa forma, a LOCATÁRIA não será responsável por custos relacionados a equipamentos como conversores, módulos, CPEs, ONTs, roteadores ou similares, tampouco pela sua implementação ou configuração técnica, incluindo energização da fibra.

1.4 A **LOCADORA** será responsável pela locação da infraestrutura óptica, com início e término nos pontos indicados pela **LOCATÁRIA**, conforme **TERMO DE REFERÊNCIA**.

1.4.2 Para os pontos elencados no **Anexo IV – Topologias e lista de instituições a serem conectadas**; **LOCADORA** deverá instalar DGO's próprios destinados à terminação das fibras ópticas em cada um desses endereços.

1.4.3 Descrição dos Trechos de Implantação

1.4.3.1 O objeto deste item compreende dois trechos distintos:

- a) **Trecho em São Luís (MA):** Conexão entre a caixa de ancoragem que realiza a transição da fibra óptica subaquática para a terrestre, situada junto ao Batalhão de Operações Ribeirinhas da Capitania dos Portos do Maranhão (Ponta da Espera – Praia do Amor), e o Ponto de Presença da RNP (PoP-MA).
- b) **Trecho em Alcântara (MA):** Conexão entre a caixa de ancoragem localizada na Praia de Itatinga, nas instalações do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), e o Centro de Telecomunicações (CT) do CLA, conforme detalhamento constante do Anexo I deste Termo de Referência.

1.4.4 Limites Geográficos e Técnicos

1.4.4.1 A **LOCADORA** deverá executar todos os serviços de implementação, comissionamento e terminação das fibras ópticas exclusivamente dentro dos endereços e trechos acima descritos, salvo eventual modificação expressa acordada por escrito pelas partes, com respectiva atualização contratual.

1.4.5 Eventuais serviços fora dos pontos Descritos ou alterações nas localizações devem ser objeto de aprovação por escrito das partes e eventual ajuste contratual.

1.5 O Produto contratado será entregue pela **LOCADORA**, seguindo o conjunto de capacidades definidas, conforme a padronização internacional de protocolos e funções específicas para o mesmo, bem como a legislação aplicável para o(s) produto(s), nos termos do **TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO

2.1 Ficam definidos os seguintes conceitos e entendimentos, entre as partes, para efeitos deste contrato, conforme a seguir:

I - FIBRA ÓPTICA APAGADA – infraestrutura de fibra óptica (cabos e conectores) que está instalada em diferentes locais, porém não está em uso. O termo “apagada” significa que a fibra não é iluminada, ou seja, não são emitidos quaisquer sinais ópticos. A fibra óptica escura também pode ser designada por fibra passiva. O termo fibra escura pode também ser usado para designar fibra que transporta radiação luminosa de uma frequência não visível.

II - LOCAÇÃO – é aquele contrato pelo qual uma das partes (**LOCADORA**) se obriga a ceder à outra (**LOCATÁRIA**), por tempo determinado ou não, o uso e gozo de coisa não fungível, mediante certa retribuição. Trata-se de contrato bilateral, oneroso (mediante pagamento), consensual (a obrigação surge no acordo de vontade), comutativo, diferido no futuro e não solene, pode ser de bem, de serviço ou de obra.

III - TERMO DE REFERÊNCIA – significa o termo de adesão ao presente contrato, apresentado pela **LOCADORA** à **LOCATÁRIA**, a qual especifica produto(s) e demais entendimentos técnico comerciais, entre as partes, expressamente assinada e formalizada pela **LOCATÁRIA** junto à **LOCADORA**.

IV - ACEITE ou ACEITE DO PRODUTO significa o ato, expresso ou tácito, escrito ou verbal, pelo qual a **LOCATÁRIA** recebe o(s) produto(s) da **LOCADORA**, ratificando a ativação do(s) mesmo(s), bem como todos os efeitos contratuais, especialmente para efeitos de prazos e faturamentos.

V - ATIVAÇÃO ou ATIVAÇÃO DO PRODUTO significa o prazo para preparação e planejamento, com posterior entrega do(s) produto(s), disponível(eis) pela **LOCADORA** à **LOCATÁRIA**, nos termos do **TERMO DE CONTRATAÇÃO**, independente do aceite do produto.

VI - VISITAS IMPRODUTIVAS significam aquelas visitas ou ações realizadas pelos funcionários da **LOCADORA** em atendimento a solicitações da **LOCATÁRIA**, que se refiram a problemas onde aquela não tenha qualquer responsabilidade.

VII - PROJETO ESPECIAL significa todo e qualquer Produto contratado em caráter de exceção, pois implica, necessariamente, em custos e investimentos específicos e direcionados para determinado fim de interesse da **LOCATÁRIA**. Tal projeto receberá tratamento específico sendo objeto de documento para tal fim, firmado entre as partes, voltado a detalhar os acertos técnicos e comerciais.

VIII - BOLETIM DE ANORMALIDADE (BA) – Registro feito pela **LOCATÁRIA** perante a **LOCADORA**, por meio dos contatos de informações e reclamações, pertinentes a causa da falha/defeito e a ação necessária para corrigir o problema.

IX - SERVICE LEVEL AGREEMENT (SLA) – Determina o nível mínimo de serviço esperado pelo cliente.

X - CENTRO DE OPERAÇÕES DE REDE (NOC) E CENTRAL DE ATENDIMENTO - é o local onde se centraliza a gerência de uma rede de infraestrutura. A partir desse centro é possível monitorar a rede, em tempo real.

XI - MANUTENÇÃO – entende-se manutenção aplicada a esse serviço, única e exclusivamente, aquela formada por um conjunto de ações corretivas emergenciais reativas vinculadas ao nível de serviço contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DOCUMENTOS APLICÁVEIS.

3.1 – Constituem partes integrantes deste Contrato, como se nele estivessem transcritos e cujo teor as Partes declaram ter pleno conhecimento, aceitam e concordam, os seguintes documentos:

- a) **Anexo I** – ADC/XXXX/XXXX – (Termo de Referência);
- b) **Anexo II** – Proposta Orçamento – de XX/XX/202X;
- c) **Anexo III** – Pedido de Compra – ADC/XXXX/202X;
- d) **Anexo IV** – Topologias e lista de instituições a serem conectadas;

- e) **Anexo V** – Procedimentos para certificação e homologação de cabos de fibras ópticas; e
- f) **Anexo VI** – Planilha de formação de preço.

3.2 – Outros Anexos, em razão de alteração, substituição ou inclusão, poderão ser acrescentados a este Contrato, mediante anuência das PARTES e através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA LOCADORA

4.1 Entregar o Produto objeto do presente Contrato, de acordo com os termos do **TERMO DE REFERÊNCIA** firmado, observando os padrões e normas existentes.

4.2 Entregar o Produto até o ponto de terminação da **LOCATÁRIA**, conforme Anexo IV – Topologias e lista de instituições a serem conectadas; responsabilizando-se pela instalação, supervisão e controle dos elementos envolvidos nas estruturas de propriedade da **LOCADORA**.

4.3 Realizar todos os procedimentos para entrega do produto a **LOCATÁRIA**, que assinará a Termo de Aceite do Cliente (TAC) atestando e registrando o recebimento formal do produto.

4.4 A **LOCADORA** resguarda-se o direito de somente reconhecer, quando aplicável e exclusivamente para fins de medição de integridade, utilitários ou equipamentos que sejam homologados e destinados para este fim.

4.5 Disponibilizar Fibra Óptica Apagada de maneira confiável, ressaltando interrupções devido à:

- a) falhas nas instalações e/ou equipamentos da **LOCATÁRIA**, sobre os quais a **LOCADORA** não tenha qualquer ingerência;
- b) motivos de força maior ou caso fortuito;
- c) manutenções técnicas e/ou operacionais que exijam o desligamento temporário do sistema;

- d) falta de fornecimento de energia elétrica para os equipamentos e sistema da **LOCATÁRIA**;
- e) ocorrência de falhas no sistema de transmissão e/ou roteamento de terceiros; e
- f) outros motivos comprovadamente alheios à vontade da **LOCADORA**.

4.6 Envidar todos os esforços, necessários e possíveis, a fim de evitar eventuais violações a infraestrutura ora locada, respeitadas as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de comunicações.

4.7 Garantir que a mão-de-obra utilizada nas atividades para entrega dos produtos aqui contratados, não terá vinculação alguma de âmbito de relação empregatícia com a **LOCATÁRIA**, descabendo, em consequência, a imputação de qualquer responsabilidade à esta, em relação a toda e qualquer obrigação, em especial as trabalhistas e previdenciárias.

4.8 A **LOCADORA** não se responsabiliza por fatos ou atos decorrentes do descumprimento, pela **LOCATÁRIA**, das suas obrigações contidas neste instrumento.

4.9 Caso a **LOCADORA** venha a sofrer qualquer penalidade e/ou prejuízo em razão do inadimplemento contratual, pela **LOCATÁRIA**, das previsões contidas neste instrumento, a **LOCATÁRIA** deverá indenizar a **LOCADORA** por todos os danos e prejuízos sofridos em razão do inadimplemento contratual.

4.10 A **LOCADORA** não se responsabiliza pelas transações comerciais efetuadas a partir da Fibra Óptica Apagada, as quais serão de inteira responsabilidade da **LOCATÁRIA**.

4.11 A **LOCADORA** não se responsabiliza, sob qualquer hipótese, por quaisquer danos e ou prejuízos decorrentes de interrupções na disponibilidade dos produtos.

4.10 fornecer, instalar e comissionar os DGO's (Distribuidores de Grupo Óptico) necessários;

4.11 garantir que as fibras sejam terminadas em cada local de acordo com as topologias previstas naquele Anexo;

4.12 realizar todos os serviços de infraestrutura óptica necessários dentro dos pontos indicados, sem extrapolar os limites geográficos estabelecidos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA LOCATÁRIA

5.1 Efetuar pontualmente o pagamento pela utilização dos produtos disponibilizados, nos prazos e datas estipuladas no **TERMO DE REFERÊNCIA**, neste contrato, em eventual adendo ou em qualquer outra avença estabelecida entre as Partes.

5.2 Providenciar infraestrutura necessária para entrega do produto, salvo aquelas inerentes a planta externa da **LOCADORA**.

5.3 Permitir à **LOCADORA**, sempre que esta julgar necessário, o livre acesso ao(s) local(ais) da(s) instalação(ões), para fins de ajustes, sob pena de isenção das penalidades por descumprimento dos níveis de serviços.

5.4 Comunicar à **LOCADORA**, o mais prontamente possível, qualquer anormalidade observada que possa comprometer o desempenho da Fibra Óptica Apagada.

5.5 Utilizar, o(s) produto(s) colocado(s) à disposição da **LOCATÁRIA**, exclusivamente para os fins autorizados, não lhe sendo permitido sublocar, comercializar e/ou ceder os próprios meios e/ou os produtos obtidos por seu intermédio.

5.6 O impedimento para a comercialização e/ou cessão dos meios e/ou produtos colocados à disposição pela **LOCADORA**, não será aplicado nos casos em que a **LOCATÁRIA** estiver devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação de produtos (SCM).

5.7 Envidar todos os esforços necessários a viabilizar, no que se refere a sua exclusiva responsabilidade, a entrega do produto, nos termos deste instrumento.

5.8 Garantir segurança das suas informações, estando exclusivamente sob sua responsabilidade a proteção dos dados trafegados nos circuitos ora contratados, isentando a **LOCADORA** de qualquer obrigação em relação a fraudes, invasões ou qualquer outro distúrbio ou anomalia ocorridas a partir do tráfego no(s) circuito(s) objeto do **TERMO DE CONTRATAÇÃO** e vinculada a este instrumento.

5.9 Providenciar os equipamentos necessários ao provimento e funcionamento correto dos produtos ora contratados, a suas custas e sob sua exclusiva responsabilidade.

5.10 Assinar ou anuir, expressamente ou não, o Termo de Aceite do Cliente (TAC) atestando e registrando a entrega formal do produto, após a realização dos testes necessários nos termos do item 4.3. deste instrumento. O aceite da ativação poderá ser dado, mas não se limitando a estes, pelo formulário TAC, por meio eletrônico, ou por quaisquer outros meios definidos, de comum acordo, entre as partes.

5.11 A ativação do produto, com posterior aceite do produto, formalizado ou não, implicará no início de todos os efeitos legais do contrato, especialmente, prazos, cobranças, direitos e obrigações.

5.12 A ativação e o aceite do Produto ocorrerão, de forma conjunta ou independente. Eventual ausência de assinatura formal do TAC ou qualquer outro meio de aceite, não elidirá a **LOCATÁRIA** das suas obrigações pelo uso do Produto nos termos desse contrato. A disponibilização do produto, independente de qualquer aceite expresso e na ausência de manifestação formal em contrário da **LOCATÁRIA**, será entendida como Produto ativo e aceito nos termos do **TERMO DE REFERÊNCIA**.

CLÁUSULA SEXTA – MANUTENÇÃO DA REDE ÓPTICA E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (ANS)

6.1 O Nível de Serviço, firmado entre as partes, compreende: **Acordo de nível de serviço (ANS) ou Service Level Agreement (SLA)**, é o acordo firmado entre partes, o qual determina um nível mínimo de serviço esperado pelo cliente mensalmente, ou seja, no período de 30 (trinta) dias.

6.2 A **LOCADORA** se responsabilizará por todos os serviços relativos à manutenção da solução apresentada.

6.3 A disponibilidade das fibras ópticas deverá ser de, no mínimo, 99,6%, aferida mensalmente.

6.4 A **LOCADORA** deverá contar com equipes dedicadas de modo a garantir a integridade das fibras ópticas atendendo à disponibilidade solicitada no 6.2.

6.5 A **LOCADORA** deverá disponibilizar um Centro de Gerência de Rede 7x24x365 para abertura de um Boletim de Anormalidade (BA), através de telefone 0800 ou fixo local, nos casos em que o NOC da RNP e/ou da rede metropolitana de São Luís detectem alteração de desempenho, falhas ou algum incidente na rota contratada, que não seja falha de seus equipamentos.

6.6 Uma vez que a RNP e/ou a rede metropolitana de São Luís tenha contatado a Central de Atendimento da Contratada para abertura do chamado técnico, o tempo de recuperação de falha (MTTR) será de até 4 (quatro) horas.

6.7 As atividades de manutenção preventivas na rede da Contratada, que afetem as fibras contratadas pela RNP, deverão ser informadas com antecedência ao NOC da RNP e/ou a rede metropolitana de São Luís, sendo escolhida a melhor data possível de parada, sem prejuízo para as Partes.

6.8 Os descontos de SLA serão aplicados, ressalvadas as falhas técnicas ou operacionais, por parte da **LOCATÁRIA**, bem como as hipóteses de caso fortuito ou força maior, ou ainda, causas sobre as quais a **LOCADORA** não tenha qualquer controle.

6.9 Às interrupções nos circuitos, por causas comprovadamente atribuíveis à **LOCADORA**, serão efetuados descontos, aplicados ao valor de assinatura mensal do circuito, considerando as seguintes condições e indicadores:

- I. Indicador 1: a disponibilidade aferida mensalmente das fibras ópticas deverá ser de, no mínimo, 99,6%, sendo aplicadas as sanções, quando necessário, conforme detalhamento abaixo:

CRITÉRIO	Nível Mínimo de Serviço (NMS)	Desconto a ser aplicado sobre a mensalidade
Disponibilidade dos Serviços	De 95% a 99,5%	10%
	De 90% a 94,9%	15%
	Abaixo de 90%	20%

- II. Indicador 2: tempo de recuperação de falha (MTTR) é de até 4 (quatro) horas, sendo aplicadas as sanções, quando necessário, conforme detalhamento abaixo:

Sanção	Tempo de recuperação de falha (MTTR)	Desconto a ser aplicado sobre a mensalidade
Disponibilidade dos Serviços	De 04:01:00 a 08:00:00	20%
	De 08:01:00 a 12:00:00	30%
	De 12:01:00 a 16:00:00	40%

6.10 Para efeito de desconto, o período mínimo de interrupção a ser considerado é de 240 (duzentos e quarenta) minutos consecutivos, computados a partir da sua efetiva comunicação pela **LOCATÁRIA** à **LOCADORA**. Esta comunicação deverá ser formalizada por telefone ou correio eletrônico, nos termos deste contrato.

6.11 Os períodos adicionais de interrupção, ainda que inferiores a 240 (duzentos e quarenta) minutos, serão considerados, para fins de desconto, como períodos inteiros de 240 (duzentos e quarenta) minutos.

6.12 Os valores dos descontos compulsórios correspondentes ao tempo de interrupção estão condicionados aos seguintes prazos e procedimentos:

- a) Abertura e fechamento de chamados de Boletim de Anormalidade (BA) devidamente registrados pela **LOCATÁRIA** perante a **LOCADORA** junto aos contatos determinados pelas partes (por exemplo: *Call Center*, centro de atendimento ou semelhante);
- b) Para efeitos de validação de desconto eventualmente solicitado pela **LOCATÁRIA** à **LOCADORA**, conforme parâmetros estabelecidos nos itens 6.1 ao 6.9, acima, bem como observados os princípios da razoabilidade e da boa-fé, a **LOCATÁRIA** deverá proceder, como condição de validade para análise e eventual posterior concessão do desconto, com os seguintes requisitos cumulativamente:
 - I. Encaminhar à **LOCADORA** o(s) número(s) de BA(s) (conforme registrados e informados no ato da abertura do chamado pela equipe da **LOCADORA**), sob pena dos mesmos não serem passíveis de reconhecimento pela **LOCADORA**; e apresentar todos os BA's formalmente abertos e fechados junto à equipe da **LOCADORA**, sob pena de serem inválidos e não conhecidos.
- c) Não serão realizados descontos compulsórios nos casos de interrupção da prestação do(s) serviço(s) nas seguintes hipóteses:
 - I. Caso fortuito e de força maior, conforme artigo 393 do Código Civil Brasileiro;
 - II. Interrupções programadas para a realização de testes, ajustes ou modificação nos meios de transmissão e/ou equipamentos de propriedade da **LOCADORA**, desde que esta comunique o fato à **LOCATÁRIA** com antecedência mínima de 24hrs (vinte e quatro horas) ou acorde prazo para a realização das mesmas previamente com a **LOCATÁRIA**.
 - III. Manutenções corretivas emergenciais visando a segurança das instalações e impedimento de danos ou prejuízos aos meios e redes de transmissão da **LOCADORA** ou de terceiros.

- IV. Impedimento, sem motivo, do acesso de pessoal técnico da **LOCADORA** às dependências da **LOCATÁRIA** onde estejam localizadas as infraestruturas de propriedade da **LOCADORA**, e/ou sob sua responsabilidade;
- V. Quando a interrupção não tiver ocorrido por culpa da **LOCADORA** ou por culpa de terceiros contratados por esta;
- VI. Nos demais casos previstos na regulamentação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 – O prazo de vigência do presente Contrato é de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de <data>, com termo final em <data>.

7.2 – O prazo de vigência poderá ser prorrogado mediante acordo entre as PARTES, por Termo Aditivo, quando será facultada a inclusão de novas cláusulas e condições, desde que não desvirtuem o objeto contratual.

7.3 – Fica acordado que o término do prazo estabelecido no item 7.1, acima, não exime as PARTES de cumprirem com suas respectivas obrigações e responsabilidades, assumidas durante a vigência deste Contrato.

7.4 A contagem das parcelas dos valores de pagamento pelo produto(s) adquirido(s) pela **LOCATÁRIA** serão, devidos e computados, independentemente do prazo de vigência do contrato estabelecido no **TERMO DE CONTRATAÇÃO**, se iniciando a partir da ativação formal do Produto (assinatura TAC).

7.5 Eventual cancelamento no prazo de entrega do produto, pela **LOCATÁRIA**, implicará no ressarcimento integral do valor dispendido no projeto até referida data pela **LOCADORA**. Referido valor será apurado com base nas obrigações e investimentos assumidos pela **LOCADORA** e pagos no ato do cancelamento, a título executivo, pela **LOCATÁRIA** em favor da **LOCADORA**.

7.6 Caso a ativação do(s) produto(s) não ocorra em razão do descumprimento, pela **LOCATÁRIA**, de qualquer obrigação a ela atribuída, ou por conduta que impeça a disponibilização do circuito, incluindo, mas não se limitando à disponibilização de equipamentos que lhe caibam, a **LOCADORA** enviará comunicado formal a **LOCATÁRIA** para que sejam regularizadas as pendências em até 24(vinte e quatro) horas.

7.8 Decorrido tal período será iniciado o ciclo de faturamento do Produto contratado, bem como a contagem dos demais prazos contratuais.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PREÇOS E FORMAS DE PAGAMENTO

8.1 Pela completa e regular execução dos serviços, objeto deste Contrato, a RNP pagará à CONTRATADA a importância de R\$ XXXXXX (valor por extenso) que será efetuado em X (Quantidade de parcelas por extenso) parcelas mensais e iguais, no valor de R\$ xxxx (valor por extenso), mediante depósito em nome da **LOCADORA**.

8.2 A **LOCADORA** deverá enviar Nota Fiscal Eletrônica - NF-e para o e-mail nfe@rnp.br, observada a cláusula 6.5, devidamente firmada e cumpridas todas as exigências legais, cabendo à **LOCATÁRIA** a retenção e o recolhimento do IR e INSS ou quaisquer outros tributos que a lei assim o determine.

8.3 Estão inclusos no valor acima expresso todos os encargos devidos, tais como emolumentos, contribuições parafiscais, bem como outras de qualquer natureza que sejam devidas em decorrência direta ou indireta da execução do presente Contrato.

8.3.1 O pagamento a que se refere esta Cláusula será suspenso sempre que o serviço não for executado no prazo acordado com a **LOCADORA**.

8.3.2 – O pagamento a que se refere esta cláusula, também poderá ser suspenso caso a documentação de habilitação, exigida na contratação, não estiver em dia durante a vigência do contrato, sendo liberado somente após regularização da mesma.

8.3.3 – Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendências de liquidação de obrigações legais ou contratuais.

8.4 – No caso de irregularidade na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, esta será devolvida à **LOCADORA** para as devidas correções, sendo tida como não apresentada e, em razão disto, contando-se novo prazo para apreciação e pagamento, quando de sua reapresentação.

8.5 – Os pagamentos ocorrerão nos dias 05 ou 20, de cada mês subsequente ao da prestação dos serviços, sempre considerando a previsão abaixo:

8.5.1 – O pagamento das notas emitidas e recebidas no e-mail nfe@rnp.br entre 06 e 20 ocorrerá no dia 20 do mês subsequente, ou no primeiro dia útil seguinte.

8.5.2 – O pagamento das notas emitidas e recebidas no e-mail nfe@rnp.br entre 21 e 05 ocorrerá no dia 05 do mês subsequente, ou no primeiro dia útil seguinte.

8.6 – Fica desde já estabelecido que a RNP não se responsabilizará pelo pagamento de parcelas contratuais negociadas pela **LOCADORA** junto à rede bancária, empresas de *factoring* ou outras instituições semelhantes, como descontos e cobrança de duplicata ou qualquer outra operação financeira, ficando a **LOCADORA** com a responsabilidade sobre todas as despesas judiciais e cartorárias, caso sejam necessárias para a solução de qualquer conflito.

8.6.1 – Na inobservância da Cláusula 8.6, caso a **RNP** venha a ser responsabilizada por qualquer pagamento, será cobrado da **CONTRATADA**, além do valor pago, multa não compensatória no valor de 20% (vinte por cento) sobre o montante do valor negociado.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES POR FALTA DE PAGAMENTO

9.1 - O não pagamento dos valores cobrados correspondentes aos produtos adquiridos, na data do seu vencimento, sujeita a **LOCATÁRIA**, independente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, ao pagamento de multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, além da atualização monetária, calculada da data do vencimento até a data do pagamento da obrigação, pela variação do IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas), valores estes a serem incluídos no boleto bancário do período subsequente ao do pagamento.

9.2 - Caso a inadimplência perdure ou se acumule por mais de 30 (trinta) dias, declara desde já, a **LOCATÁRIA**, estar ciente da discricionariedade da **LOCADORA**, autorizando esta, desde já, em optar pela rescisão contratual, independente de notificação ou qualquer formalidade, sem prejuízo das demais providências contratuais e legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME TRIBUTÁRIO

10.1 Na hipótese de, posteriormente à assinatura do presente Contrato, serem exigidos da **LOCADORA** novos impostos, taxas, contribuições, inclusive para fiscais, e demais encargos específicos do setor de telecomunicações, ou seja, aumentadas as alíquotas, bases de cálculo ou valores dos tributos/encargos já existentes, a **LOCATÁRIA** absorverá os ônus adicionais decorrentes dessa mudança.

10.2 Os ônus adicionais referidos acima no subitem 10.1, independentemente de qualquer revisão, correção ou reajuste estabelecido neste Contrato, serão prontamente informados à **LOCATÁRIA** e automaticamente acrescentados ao preço.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

11.1 – Este Contrato poderá ser rescindido unilateralmente nas seguintes hipóteses:

- a) Cumprimento irregular ou não cumprimento das obrigações ajustadas pelas **PARTES**, ensejando a aplicação das consequências contratuais e as previstas em Lei;
- b) Associação da **LOCADORA** com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial do presente Contrato, sem a concordância da RNP, e que afetem a boa execução dos serviços ora contratados;
- c) Cometimento reiterado de faltas por uma das PARTES.

11.2 – O presente Contrato poderá ser rescindido pelas PARTES devido à superveniência de norma legal ou evento que o torne material ou formalmente impraticável, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, desde que seja comunicado por escrito à outra Parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, hipótese em que não poderá haver prejuízo para as atividades que estiverem em execução.

11.3 – As PARTES poderão rescindir o presente Contrato, independentemente de qualquer interpelação ou procedimento judicial ou extrajudicial, respeitados os compromissos ora assumidos até data do seu encerramento, nos seguintes casos:

- a) Imotivadamente, por qualquer uma das PARTES, mediante aviso prévio com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; e
- b) Na ocorrência de caso fortuito ou de força maior regularmente comprovada, impeditiva da continuação dos serviços ajustados.

11.4 – Será rescindido de pleno direito no caso de insolvência civil, falência ou a paralisação das atividades da **LOCADORA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ILUMINAÇÃO DA FIBRA APAGADA LOCADA

12.1 A iluminação da fibra apagada é de exclusiva responsabilidade a **LOCATÁRIA**.

12.2 Todas as configurações de equipamentos da **LOCATÁRIA**, para a ideal utilização dos produtos contratados, são de sua inteira responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Nenhuma das Partes responde por danos indiretos, lucros cessantes ou insucessos comerciais, bem como perdas reclamadas por terceiros ou clientes das Partes, exceto nos casos em que for comprovada ação deliberada de uma Parte para prejudicar a outra.

13.2 Este Contrato representa o total entendimento entre as Partes em relação à matéria aqui tratada, devendo prevalecer sobre quaisquer outros entendimentos pretéritos sobre a mesma matéria, sejam estes verbais ou escritos.

13.3 Sem prejuízo das demais disposições deste Contrato, caso ocorram, a qualquer tempo, alterações na legislação aplicável ou nas condições da concessão ou autorização de quaisquer das Partes e tais alterações tenham repercussões neste Contrato, as Partes poderão aditá-lo, por escrito, de modo a adaptá-lo de forma a preservar, no maior grau possível, as condições ora acordadas.

13.4 Caso algum dispositivo deste Contrato ou a aplicação de algum destes dispositivos à pessoa, parte ou circunstância, tornar-se inválida, ilegal ou inaplicável, sob qualquer aspecto, reconhecido por juízo competente e, esta invalidade, ilegalidade ou inaplicabilidade não afetar nenhum outro aspecto deste Contrato, o Contrato permanecerá válido, eficaz e aplicável e tal ilegalidade, invalidade ou inaplicabilidade, doravante não fará mais parte do Contrato.

13.5 Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a renúncia ou abstenção pelas Partes de quaisquer direitos ou faculdades que lhes assistam pelo Contrato, bem como a concordância com o atraso no cumprimento das obrigações da outra Parte somente serão consideradas válidas se feitas por escrito e não serão consideradas novação, renúncia, abstenção ou concordância em relação a direitos ou faculdades que poderão ser exercidos no futuro.

13.6 A **LOCADORA** e a **LOCATÁRIA** deverão manter e proteger o caráter confidencial e sigiloso de toda informação e/ou documentação trocada entre si, não divulgando seu conteúdo a terceiros, durante, no mínimo, o prazo de vigência deste **TERMO DE CONTRATAÇÃO**. O uso indevido dessas informações acarretará a aplicação das penalidades previstas na legislação brasileira.

13.7 A **LOCADORA** fica desde já autorizada pela **LOCATÁRIA**, considerando-se plenamente justificadas, independente de qualquer notificação ou comunicado, toda e qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, as cessões ou transferências, totais ou parciais, deste Contrato, em decorrência de fusão, cisão, incorporação e/ou de qualquer outra forma de reorganização societárias legalmente previstas, inclusive para afiliadas, devendo a **LOCATÁRIA** ser informada com a maior antecedência possível.

13.8 Preservar o sigilo das informações confidenciais recebidas pela outra Parte.

13.9 A **LOCADORA** e a **LOCATÁRIA** são empresas totalmente independentes entre si, de forma que nenhuma disposição deste Contrato poderá ser interpretada no sentido de criar qualquer vínculo empregatício entre as Partes, bem como entre os empregados de uma Parte a outra Parte.

13.10 É de exclusiva responsabilidade da **LOCATÁRIA** iluminar a fibra apagada locada, sob sua conta e risco, para uso nos termos não defesos em lei e deste instrumento.

13.11 A **LOCADORA** poderá, em qualquer tempo transferir e/ou ceder, no todo ou em parte, a terceiros, o presente Contrato, com a expressa e previa autorização do **LOCATÁRIA**.

13.12 As partes comprometem-se a não explorar qualquer forma de mão-de-obra infantil e a evitar, de todos os modos, a contratação e/ou aquisição de produtos e/ou serviços de pessoas físicas ou jurídicas que explorem, direta ou indiretamente, o trabalho infantil em qualquer localidade, bem como declaram que serão integralmente respeitados os conceitos prescritos pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

13.13 As Partes obrigam-se a executar os serviços de acordo com a melhor técnica aplicável, com zelo e diligência, sempre em rigorosa observância dos termos da Lei nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), assumindo todas as responsabilidades estabelecidas pelas referidas leis ou por execuções de trabalho que venham a ferir o meio ambiente.

13.14 As Partes obrigam-se a cumprir, ou fazer cumprir por suas afiliadas ou seus proprietários, acionistas, funcionários ou eventuais subcontratados, as normas que lhes forem aplicáveis e versem sobre atos de corrupção e atos lesivos contra a administração pública, na forma da Lei nº 12.846/13, devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento de tais normas; (ii) dar conhecimento pleno de tais normas a todos os seus profissionais que venham a se relacionar com a outra parte, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste Contrato; (iii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, da outra parte; (iv) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicar imediatamente à outra parte, que poderá tomar todas as providências que entender necessárias.

13.15 Declaram as partes no que se refere a questões de responsabilidade trabalhista, mas não limitadas a estas:

Responsabilizarem-se pelas despesas decorrentes da contratação de seu pessoal, tais como: salários, seguros e/ou indenizações relativas a acidentes de que sejam vítimas seus empregados quando em serviço, e demais obrigações trabalhistas, incluindo, mas sem limitação, férias, aviso prévio, indenizações, etc., uma vez que a mão-de-obra empregada por uma das Partes não terá qualquer vínculo empregatício com a outra Parte.

13.16 Na hipótese de qualquer reclamação trabalhista administrativa e/ou judicial ("Demanda Trabalhista") proposta contra uma das Partes ("Parte Demandada") por empregados da outra Parte ("Parte Responsável"), esta deve comparecer espontaneamente em juízo reconhecendo sua verdadeira condição de empregador e substituir a Parte Demandada no processo, nele permanecendo

até o julgamento definitivo da Demanda, respondendo, por todos os ônus diretos e indiretos de eventual condenação. Na hipótese de não ser possível a substituição processual da Parte Demandada ou no caso do juízo indeferir-lá, a Parte Responsável subsidiará a Parte Demandada na elaboração da defesa, fornecendo todas as informações de que disponha, e reembolsará à Parte Responsável todos os custos que esta venha a comprovadamente incorrer para sua defesa, inclusive sem se limitar, (i) custos com locomoção; (ii) honorários advocatícios, (iii) custas judiciais.

13.17 Responsabilizar-se pelo ressarcimento dos danos diretos comprovadamente causados às instalações e/ou equipamentos da outra Parte, seja por si, por seus empregados, agentes, terceiros contratados e/ou subcontratados, limitando-se a responsabilidade ao valor de mercado do bem danificado, seja em caso de restauração ou de substituição.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFORMAÇÕES AO CLIENTE E RECLAMAÇÕES

14.1 Toda e qualquer reclamação de uma parte para com a outra deverá ser informada por escrito, acompanhada do respectivo comprovante de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

15.1 – As partes declaram, por meio deste instrumento, que cumprem a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive a LGPD, sem exclusão das demais normas setoriais ou gerais sobre o tema.

15.2 – As Partes garantem que implementam todas as medidas técnicas de segurança da informação razoavelmente disponíveis, além de medidas organizacionais para controle de acesso aos Dados Pessoais, o qual deverá ser limitado às pessoas que efetivamente o necessitem para a consecução do objeto do Contrato.

15.3 – Ao receber requisição proveniente de Titulares ou quaisquer terceiros (inclusive autoridades públicas) em relação aos Dados Pessoais que sejam

controlados pela outra Parte, deverá a Parte que recebeu a requisição transmiti-la de forma imediata à outra, sendo que, em situações de requisições oficiais, caso a Parte esteja legalmente impossibilitada de dar ciência à outra, deverá a Parte receptora da requisição atender ao comando (desde que lícito), informando sobre a providência adotada na primeira oportunidade possível.

15.4 – As Partes asseguram que os Dados Pessoais compartilhados foram obtidos em conformidade com a legislação de proteção de dados aplicável e que o compartilhamento de Dados Pessoais atende aos princípios e demais ditames da LGPD, encontrando respaldo em ao menos uma das bases legais previstas nos artigos 7º ou 11 do referido diploma legal.

15.5 – As Partes asseguram que os Dados Pessoais recebidos ficam sujeitos a medidas técnicas e administrativas de proteção adequadas.

15.6 – Sem prejuízo da aplicação de eventuais multas previstas em Contrato, em caso de Tratamento irregular de Dados Pessoais que seja exclusivamente atribuível a uma das Partes, será esta a única responsável por qualquer dano (direto ou indireto) decorrente de tal Tratamento, incluindo situações de incidente de segurança da informação.

15.7 – Caso o compartilhamento de dados objeto do Contrato venha a ser considerado ilícito por qualquer autoridade – judicial ou administrativa – com competência legal para tanto, qualquer das Partes poderá rescindir o contrato de maneira imediata, independentemente de multas e demais punições que estejam contratualmente previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO

16.1 – As PARTES declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos (em conjunto, “Leis Anticorrupção”) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

16.2 – Cada uma das PARTES declara que tem e manterá até o final da vigência deste contrato um código de ética e conduta próprio, cujas regras se obriga a cumprir fielmente.

16.3 – Sem prejuízo da obrigação de cumprimento das disposições de seus respectivos códigos e regimentos de ética e conduta, ambas as PARTES, desde já, se obrigam, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições:

16.3.1 – Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou, ainda, quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente; e

16.3.2 – Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

16.4 – A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral deste Contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e a sanções proibitivas de contratação com a RNP, caso seja esta a parte prejudicada.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VALIDADE DA CONTRATAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO

17.1 – As Partes, inclusive as testemunhas, reconhecem a possibilidade de contratação por meios eletrônicos e digitais como válida e plenamente eficaz, ainda que seja estabelecida com assinatura eletrônica ou certificação não emitidas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), conforme disposto no §2º do artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, observadas as exigências do artigo 5º da lei nº14.063 de 23 de setembro de

2020, caso assim ajustadas, depois de lido e achado conforme, as Partes assinam por meio eletrônico, ou certificação digital, conforme disposto no Código de Processo Civil, o presente Instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1 – Fica eleito o foro da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas ou controvérsias do presente Instrumento e que não puderem ser resolvidas amigavelmente pelas Partes.

E, por estarem desta forma acordados, assinam o presente Contrato, na presença das testemunhas ao final nomeadas, para que produza os efeitos de direito.

Rio de Janeiro, xxx de mês de 202X.

**REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA
– RNP**

LOCADORA

XXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXX

NOME
CARGO

Testemunha RNP:

Testemunha Contratada:

Jurídico RNP: